

THIAGO COELHO SACCHETTO  
Doutor em Direito Político (UFMG)  
Mestre em Ciências Jurídico-Políticas (FDUL)  
Pós-Graduado em Direito Eleitoral (IDDE)

# CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA E SUFRÁGIO UNIVERSAL

DOS INDEPENDENTES AOS ANALFABETOS



Belo Horizonte  
2022

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clêve	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Edson Ricardo Saleme	Nelson Rosendal
Eliane M. Octaviano Martins	Renato Caram
Emerson Garcia	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Rodolfo Viana Pereira
Floribal de Souza Del'Olmo	Rodrigo Almeida Magalhães
Frederico Barbosa Gomes	Rogério Filippetto de Oliveira
Gilberto Bercovici	Rubens Beçak
Gregório Assagra de Almeida	Sergio André Rocha
Gustavo Corgosinho	Sidney Guerra
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

---

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2022.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho

**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva

**Imagem de Capa:** Sebastian Nikiel (Pixabay.com)

**Revisão:** Pietra Vaz Diógenes da Silva

---

341.2821 Sacchetto, Thiago Coelho  
S119c Capacidade eleitoral passiva e sufrágio universal: dos independentes aos  
2022 analfabetos / Thiago Coelho Sacchetto. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022.  
81 p.

ISBN: 978-65-5929-235-6  
ISBN: 978-65-5929-229-5 (E-book)

1. Direito. 2. Direito eleitoral. 3. Sufrágio universal. 4. Direitos políticos. 5. Direitos humanos.  
6. Analfabetismo – Brasil. I. Título.

CDDir – 341.2821  
CDD(23.ed.) – 342.07

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

---

### MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel: (31) 3031-2330

### FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel: (11) 3105-6370

**www.arraeseditores.com.br**  
**arraes@arraeseditores.com.br**

Belo Horizonte  
2022

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
APRESENTAÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1	
O JUÍZO DE CONVENCIONALIDADE SOBRE AS RESTRIÇÕES ÀS CANDIDATURAS INDEPENDENTES NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS .....	15
1.1. Yatama vs. Nicarágua .....	20
1.1.1. As considerações sobre os direitos políticos.....	20
1.1.2. O juízo de proporcionalidade sobre a restrição às candidaturas independentes .....	22
1.2. Castañeda Gutman vs. Estados Unidos Mexicanos .....	24
1.2.1. As considerações sobre os direitos políticos.....	24
1.2.2. O juízo de proporcionalidade sobre a restrição às candidaturas independentes .....	26
CAPÍTULO 2	
CRÍTICA AOS PARÂMETROS UTILIZADOS PELA CORTE INTERAMERICANA EM MATÉRIA DE ADMISSÃO ÀS RESTRIÇÕES A DIREITOS POLÍTICOS.....	29
2.1. Incoerência argumentativa entre os precedentes.....	29
2.2. Atentado ao texto normativo da convenção americana de direitos humanos.....	32

2.3. Desconsideração da observação geral n.º 25 do comitê de direitos humanos das nações unidas.....	33
2.4. Aplicação imprópria do princípio da proporcionalidade.....	35

CAPÍTULO 3

CONVENCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO ÀS CANDIDATURAS INDEPENDENTES NO BRASIL EM CONSONÂNCIA COM O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	39
3.1. Da distinção das premissas fáticas em relação aos precedentes .....	40
3.2. O princípio da primazia da norma mais favorável à pessoa e à tutela da dignidade humana.....	41
4.3. Esboço de uma correta aplicação do princípio da proporcionalidade.....	44

CAPÍTULO 4

O DIREITO POLÍTICO PASSIVO DO ANALFABETO E O ANALFABETISMO NO BRASIL .....	47
4.1. Conceitos de analfabetismo .....	48
4.1.1. O conceito adotado pelo IBGE – Ler e escrever um bilhete simples.....	48
4.1.2. O conceito adotado pela UNESCO – O Analfabeto funcional.....	48
4.1.3. O conceito do semi-analfabeto.....	49
4.2. Os índices de analfabetismo no Brasil.....	50
4.3 Deficiência do sistema educacional brasileiro e não efetivação do direito à educação.....	51

CAPÍTULO 5

CONCEITOS FUNDAMENTAIS À COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO ANALFABETO NO DIREITO BRASILEIRO.....	55
5.1. Os direitos políticos a serviço da soberania popular.....	55
5.2. As inelegibilidades como restrições excepcionais .....	57
5.3. O estado democrático de direito.....	59
5.4. A textualidade constitucional e infraconstitucional .....	62
5.5. Posicionamentos jurisprudenciais.....	62
5.6. Perspectivas doutrinárias .....	65

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DA (IN)ELEGIBILIDADE DO ANALFABETO NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	69
6.1. Condições de elegibilidade e inelegibilidades.....	69
6.2. Da escolha soberana do voto e do mandado de universalização do sufrágio.....	70

6.3. Hermenêutica constitucional aplicada às normas de inelegibilidade do analfabeto .....	72
CONCLUSÃO .....	77
REFERÊNCIAS .....	79